

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE**

MARTA MENEZES SANTOS

**EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: INFÂNCIA E PERCURSOS FORMATIVOS NA LUTA
POR MORADIA**

CAMPINAS, 2016

MARTA MENEZES SANTOS

**EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: INFÂNCIA E PERCURSOS FORMATIVOS NA LUTA
POR MORADIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Pedagogia da Faculdade
de Educação, Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação da Prof^a. Dr^a.
Carolina de Roig Catini.

CAMPINAS, 2016

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Santos, Marta Menezes, 1985-
Sa59e Educação em movimento : infância e a luta por moradia / Marta Menezes Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Carolina de Roig Catini.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Infância. 2. Movimento social. I. Catini, Carolina de Roig, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais complementares

Área de concentração: Educação

Titulação: licenciatura plena

Data de entrega do trabalho definitivo: 13-12-2016

AGRADECIMENTOS

As pessoas a agradecer são muitas e entre elas não existe hierarquia de importância, pois cada uma, a seu modo, ajudou na finalização dessa etapa de minha formação.

Como não podia ser diferente, agradeço à D. Edite e o Seu José, pela loucura toda que é serem meus pais. À Mônica, irmã, amiga, leitora de todas as linhas e comentadora paciente. À minha tia Augusta, pela acolhida em sua casa nos momentos de visita à Vila Soma.

As moradoras e moradores da Vila Soma que me receberam em suas casas, abrindo a porta de tantos momentos de suas vidas, me fazendo entender que o aprendizado está para além dos livros, está na vida, está na luta. A vocês o meu sincero obrigada, devo este trabalho a vocês.

À Carol, que mais do que orientadora foi suporte necessário para que eu pudesse prosseguir e cumprir esta etapa com a felicidade de poder escrever sobre o que me traz significado e esperança: a luta política. Ao Gustavo pelo imenso aprendizado em suas aulas sobre urbanização, pela leitura atenta, pelos comentários pertinentes. A vocês meu profundo agradecimento e desculpas pelos limites do presente trabalho.

Aos estudantes/militantes por uma educação pública de qualidade, por uma escola diferente, que encontrei nas ocupações das escolas de Ensino Médio. Pelas noites mal dormidas diante da tensão das desocupações, das discussões e problematizações sobre a luta política e seus limites, pela lindeza de tê-los como companheiras e companheiros, pela esperança que me trouxeram: obrigada!

Ao amigos, amigas e amores que estiveram ao meu lado durante essa empreitada: como viver sem agradecer sempre por ter vocês ao meu lado?!? Katlin, Daniela Caetano, Daniela Vieira, Jaqueline, Keka, Aimar, Liliane, Marcela, Isadora, Guilherme, Simone, Carlos, Mônica, Elaine, Irineu, Rafahel, Márcia: obrigada! Às distantes, mas tão amadas Débora e Luciana, irmãs que a vida me deu.

Por último, mas não em importância, à Luciane da Coordenação de Graduação; ao Osmar, Romão e Marcos da Administração Predial; ao Vicente, Gildo, Homero e Pablo, da Biblioteca Profº Joel Martins: meus mais sinceros agradecimentos! Devo muito a vocês!!!

RESUMO

EDUCAÇÃO EM MOVIMENTO: INFÂNCIA E A LUTA POR MORADIA

AUTOR(A): MARTA MENEZES SANTOS

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). CAROLINA DE ROIG CATINI

Pensando na presença das crianças nas ocupações urbanas organizadas por movimentos de luta por moradia, o presente trabalho busca pensar em como elas se inserem nesse contexto e como vivenciam os processos de luta, bem como suas consequências mais imediatas. Para tanto, por meio de uma pesquisa de campo e de entrevistas semiestruturadas com membros da ocupação Vila Soma, localizada na cidade de Sumaré-SP, temos o olhar que os adultos lançam à questão da infância no interior da luta pela moradia, como a representam e quais os contextos em que as crianças estão inseridas dentro da ocupação e de seus processos organizativos e de luta. Pensando a infância como processo social e histórico, temos a inserção das crianças em um contexto mais amplo de construção do espaço urbano, permeado pelas relações socioeconômicas do sistema capitalista. Traz-se, assim, alguns dos conflitos estabelecidos nesse contexto e das políticas que permeiam a produção do espaço urbano e a emergência das lutas populares por habitação.

PALAVRAS-CHAVE: Infância, Movimento social, Habitação

NÚMERO DE PÁGINAS DO TCC: 47 PÁGINAS.

CURSO: PEDAGOGIA NOTURNO

RESUMEN

LA EDUCACIÓN EN MOVIMIENTO: LA INFANCIA Y LA LUCHA POR LA VIVIENDA

AUTOR(A): MARTA MENEZES SANTOS

ORIENTADOR(A): PROF(A). DR(A). CAROLINA DE ROIG CATINI

Pensando en la presencia de niños en las ocupaciones urbanas organizadas por movimientos de lucha por vivienda, el siguiente trabajo busca pensar en como ellas se ingresan en este contexto y como vivencian los procesos de lucha, bien como sus consecuencias mas inmediatas. Por lo tanto, através de una investigación en el campo y de entrevistas semiestructuradas con miembros de la ocupación Vila Soma, localizada en la ciudad de Sumaré - SP, tenemos la mirada de que los adultos lanzan la cuestión de la infancia en el interior de la lucha por vivienda, como la representan y cuales los contextos en que los niños están inseridos dentro de la ocupación y de sus procesos organizativos y de lucha. Pensando en la niñez como proceso social e histórico, tenemos la inserción de los niños en un contexto mas amplio de construcción del espacio urbano, permeado por las relaciones socioeconómicas del sistema capitalista. Por conseguinte, conlleva algunos conflictos establecidos en ese contexto y de las políticas que permean la producción del espacio urbano y la emergencia de las luchas populares por alojamiento, o sea, vivienda.

PALABRAS-CLAVES: infancia, movimiento social, vivienda.

NÚMERO DE PÁGINAS DEL TCC: 47 PÁGINAS.

CURSO: PEDAGOGÍA NOCTURNO.

*“Mas na entrada para a Ciência – como na entrada para o
Inferno – é preciso impor uma exigência:
‘Qui si convien lasciere ogni sospetto
Ogni viltà convien che sia morta’
(Que aqui se afaste toda suspeita/ Que neste lugar se
despreze toda covardia)”*
(Karl Marx “Prefácio a ‘Para a crítica da Economia
Política’”)

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	7
<i>Capítulo I – Infância e cidade: o olhar dos adultos sobre as crianças</i>	10
<i>Capítulo II – Escola, polícia e privação de direitos básicos ou como o Estado “chega” até as crianças</i>	20
<i>Capítulo III – Questão habitacional e a luta por direitos dentro do Estado capitalista</i>	30
<i>Um movimento que não se encerra</i>	41
<i>Referências</i>	44

Introdução

A presença das crianças em um movimento por moradia é inegável e inevitável. O que nos coloca inquietações no sentido de como a vivência infantil se articula com as questões políticas colocadas pelo movimento. A relação das crianças com o movimento pode ser considerada apenas como acompanhando a ação dos adultos? Sua presença determina também as formas de ação coletiva? A experiência da luta e organização coletiva dos movimentos é tida como processo de formação das crianças?

Em um primeiro momento, a busca por olhar a infância no meio urbano, suas formas de expressão, suas relações com o espaço e conflitos inerentes a ele, nos inclinou a buscar a “fala” e expressões das próprias crianças sobre suas vivências e percepções. Entretanto, no contato com os adultos, vimos que as falas e práticas nos mostravam muito das crianças da ocupação diante da ligação inevitável delas com os adultos. Ao notar as especificidades de uma ocupação urbana como ação planejada e consciente de adultos, optamos, neste momento da pesquisa, investigar o lugar da infância na luta por moradia, tal qual foi pensada pelos organizadores e membros do movimento. É desse lugar, portanto, do olhar do adulto, de suas narrativas sobre as crianças inseridas neste processo, que surgiu o presente trabalho.

A ocupação¹ Vila Soma encontra-se na região central da cidade de Sumaré, na Região Metropolitana de Campinas, interior do estado de São Paulo. Com uma população de cerca de 10 mil habitantes ocupando uma área territorial de cerca de 990 mil metros quadrados² oriunda de uma antiga indústria falida na década de 1990. Considerada a maior ocupação urbana do estado de São Paulo, nasce em 2012 e hoje conta com cerca de 2.784 famílias provenientes da região metropolitana, migrantes de outras regiões do país e da América Latina.

Segundo Catini (2015, p.68) a ocupação de terras “tem sido uma forma tradicional de luta no Brasil, tanto no campo quanto nas cidades, como modo de

¹ Em diversos momentos também nos referimos à Vila Soma como um bairro popular visto já haver toda uma organização territorial, casas autoconstruídas, ruas nomeadas pelos moradores, comércios locais, espaços coletivos, etc. Mantemos a nomeação de ocupação com o objetivo de ressaltar seu histórico de luta e de reivindicação pela terra, que se mantém ainda em tempo da escrita do presente texto.

² Dados obtidos em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Sumaré em 9 de março de 2016.

enfrentar o déficit de moradias, seja como caráter de denúncia, seja como solução habitacional”. A ocupação Vila Soma nasce como fruto do problema habitacional que apenas no estado de São Paulo conta com um déficit habitacional de cerca de 1.327 milhão de unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p.30)³ com prevalência na área urbana.

Pensando nessa realidade e na presença infantil nas ocupações, conversamos com quatro moradores da Vila Soma e através de entrevistas semiestruturadas norteamos nosso trabalho de pesquisa. Sendo inegável a centralidade feminina no que tange à relação de cuidados e educação das crianças em nossa sociedade, três das entrevistadas foram mulheres sendo duas moradoras do bairro e uma ex-moradora e atual conselheira tutelar; o outro entrevistado trata-se de um morador e atual coordenador da ocupação⁴.

Na fala dos adultos, moradores da Vila Soma – Sumaré/SP, a ocupação aparece ao mesmo tempo como uma alternativa diante da ferocidade do mercado imobiliário, que ao não viabilizar o acesso à moradia própria cobra aluguéis com valores muito acima do poder aquisitivo das famílias, e como estratégia de luta com vistas à garantia ao direito da moradia.

Somos pessoas que não tivemos essa oportunidade de ter a própria moradia, então a partir desse momento, diante de tantas exclusões por parte da sociedade, [a ocupação] é uma opção que nós tivemos de moradia própria, porque aqui no Soma nós temos essa moradia própria, não pagamos aluguéis e lutamos para que essas moradias se concretizem. Os aluguéis aqui em Sumaré, como em qualquer outra cidade, são aluguéis caríssimos que atendem o mercado capitalista. Sendo dessa forma, nós vivemos numa situação assim: ou a gente come ou paga aluguel.

Essa é a nossa situação esse é o nosso envolvimento de luta pela moradia, e que se faça também cumprir o que está no artigo sexto da Constituição Federal: que todos temos o direito à moradia digna. (R., morador e coordenador na Vila Soma).

³ Dados referentes ao ano de 2014.

⁴ Com o fim de preservar a identidade das entrevistadas e entrevistado consideramos a inicial do nome e sua condição em relação à ocupação como forma de identificação. Assim temos: F. moradora da Vila Soma (2 filhas de quatro anos de idade, uma filha de dezesseis anos, três netos com seis anos, e 4 netos com 5 anos: totalizando 10 crianças sob sua responsabilidade); L. moradora da Vila Soma (duas filhas, uma com 3 anos e uma com 17 anos); L. ex-moradora e atual conselheira tutelar; e R. morador e coordenador na Vila Soma (um filho com 11 anos).

Em São Paulo não existe você sonhar com sua casa própria, trezentos mil, duzentos mil reais para comprar sua casa. Eu tentei ir várias vezes na caixa [Banco Caixa Econômica Federal], tentei financiar, mas sem sucesso devido a papelada, o valor que se pedia.(...) Sozinha, grávida vim pra cá, construí um barraquinho nos fundos, e comecei aí a minha luta: o sonho de ter a casa própria. (L., moradora da Vila Soma)

Discutir as vivências das crianças em meio a uma ocupação urbana, diz muito sobre a natureza da própria vida na cidade e as implicações para a infância a partir de sua organização. Utilizar as falas dos adultos acerca da infância mais do que responder às demandas e limites do presente trabalho, fala também de um lugar que a criança se encontra diante da realidade social imposta e compartilhada por elas e pelos adultos.

Souza (2015, p. 37) ao afirmar que “o que faz e diz a criança resulta de um diálogo estabelecido entre ela e a sociedade, os adultos e outras crianças. O que faz sozinha ou com outras crianças não são ações construídas num universo à parte”, nos traz elementos para, cientes do significado acarretado ao presente trabalho em não ouvir diretamente as crianças, olhar para fatores que formam e determinam a realidade vivenciada por elas: a relação com os adultos (familiares e responsáveis) e a relação com o Estado/mercado e a consolidação de um modelo de urbanização e de constituição de direitos sociais.

Os adultos são aqui entendidos como produtores de sentido para a infância das crianças da ocupação (SOUZA, 2015, p. 37). Contudo, entenderemos suas falas dentro do campo discursivo, que nos impõe uma identificação do que é objeto de fala sistematizada (entrevistas) como representação da realidade, mas não a própria realidade dada em sua concretude.

Nesse sentido, Turatti (2005, p.22) é assertiva ao afirmar que é preciso estar “alerta a necessidade de separar discursos e práticas, o observado do falado”. No nosso caso, nos basearemos mais no falado como objeto de representação do que como indício do observado. Pois nos interessa mais saber sobre essa forma de sistematização dos sujeitos envolvidos na luta por moradia ao pensar nas suas crianças e na infância por elas compartilhada dentro da ocupação.

1 – Infância e cidade: o olhar dos adultos sobre as crianças

“Mesmo na vida corrente, quando contamos a nossa história, seja a nós mesmos seja aos outros, nosso relato desenrola-se entre um início e um fim que não nos pertencem, pois a história da nossa concepção, do nosso nascimento e da nossa morte depende de ações e narrações de outros que não nós mesmos (...)”
(Gagnebin, J. M. *História e narração em Walter Benjamin*).

1.1 - O lugar da infância na cidade

Pensar as crianças significa também pensar a infância e sua historicidade. Segundo Tebet (2013), ao trazer um panorama dos estudos envolvendo as crianças e a infância ao longo da história, apresenta a ideia de que a infância é um momento pelo qual as crianças passam, sendo determinado pelas relações e experiências estabelecidas nas distintas sociedades, ou seja, “a infância é uma construção social” (TEBET, 2013, p.39).

A infância, deste modo, não é entendida aqui como um processo homogêneo pelo qual passam as crianças de maneira independente do contexto econômico-social no qual se inserem. Entendemos infância como arraigada de elementos que denotam as marcas da sociedade em práticas e experiências compartilhadas por grupos de crianças.

Consideramos a infância uma construção histórica, cultural e social, são as crianças sujeitos de ação e coautoras dessa infância em sociedade. Importante enfatizar, que apesar de guardar singularidades de acordo com as condições, temporalidade e contexto social na qual se manifesta, a infância não é processo individual, mas sim cultural, determinada socialmente e pela qual participam os indivíduos – no caso as crianças – com suas particularidades.

Nesse sentido, olhar a infância numa ocupação urbana, inserida na luta por moradia, implica discutir mais do que a própria expressão infantil de maneira autônoma, mas sua relação intrínseca ao meio social e às contradições nele arraigadas. Acompanhadas dos adultos aos quais se ligam não só afetivamente, mas também legalmente pelo *status* dependente dado às crianças dentro da lógica do direito em nossa sociedade, temos a presença infantil como parte integrante da luta por moradia. Na fala dos próprios adultos moradores da ocupação, elas estão presentes em todos os momentos significativos, demonstrando importante papel na busca pelo direito à moradia.

“(...) eles fazem parte dessa briga, aliás, é por eles que eu brigo; porque geralmente em qualquer lugar onde a gente chegar, a gente arruma um serviço, vai trabalhar e está pronta a nossa vidinha, mas com criança é diferente. Você não arruma um trabalho para dizerem assim: você pode trazer suas crianças. Então eles e eu somos uma parte, é uma dificuldade para nós.” (F., moradora Vila Soma).

“As crianças, elas têm um significado dentro da ocupação, porque são as crianças que estão aqui com essas famílias e essas famílias sendo beneficiadas pela moradia própria é o futuro das crianças.

(...)

A gente luta para que essas crianças não conquistem somente sua moradia, mas que elas conquistem em si a questão do que é uma luta por moradia e por outros direitos que elas têm (...)” (R., morador e coordenador na Vila Soma).

O que faria trabalhadores e trabalhadoras integrarem-se a um movimento sobre o qual pesa a repressão e a violência institucional do Estado? Certamente, as vitórias existem e trazem à tona elementos concretos de superação da precariedade vivida por muitos trabalhadores. Mas para além das conquistas materiais – que frisamos serem essenciais – envolvendo a garantia da habitação preocupamo-nos com as conquistas de cunho subjetivo, nas percepções sobre a realidade em que se inserem essas trabalhadoras e trabalhadores e em seu olhar sobre as crianças.

A relação estabelecida entre a infância e a instituição família diz respeito ao desenvolvimento da cidade moderna e ao desenvolvimento da família nuclear como modelo de organização parental, sendo, portanto, um processo que se relaciona à forma urbana de organização da vida (Ariès, 1981; Müller & Nunes, 2014).

Segundo Lefebvre (2001, p.12) a sociedade urbana funciona como uma definição da realidade à nossa volta. A industrialização, motor das transformações da sociedade moderna, moldou a forma como vivenciamos o espaço e seu planejamento, impondo formas de experiências e vivências⁵ na cidade.

⁵ Segundo Gagnebin (2009) o conceito de experiência (*Erfahrung*) em Walter Benjamin liga-se à ideia de referências coletivas, assim “a experiência se inscreve numa *temporalidade* comum a várias gerações. Ela supõe, portanto, uma tradição compartilhada e retomada na continuidade (...) em oposição ao tempo deslocado e entrecortado do trabalho no capitalismo moderno. (...) elas acarretam uma verdadeira formação (*Bildung*), válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade” (GAGNEBIN, 2009, p.57).

Com o avanço da técnica e da forma de vida burguesa instaurada no capitalismo moderno ocorre um “processo de perda de referências coletivas” (GAGNEBIN, 2009, p.59) em que decorre um processo de interiorização da vida burguesa como meio de suprir o vazio deixado pela “frieza e o anonimato

Milhares de crianças têm suas experiências e vivências moldadas pelas cidades no Brasil (Muller; Nunes, 2014, p.660), mas são, contudo, silenciadas e invisibilizadas no direito à cidade e nas políticas públicas urbanas. Calcadas em uma visão tradicional da infância como período de transição para a vida adulta, sem autonomia e reféns de processos de socialização impostos pela construção dos espaços públicos e pela tutela dos adultos, as crianças acabam por se constituírem como sujeitos carentes de autonomia.

Essa ausência de autonomia é o pilar por detrás do qual a criança é tornada invisível no contexto social por onde transitam propostas de políticas públicas. Sobretudo no que diz respeito às políticas urbanas, chega a causar estupor a invisibilidade de crianças como detentoras de direito à cidade (Muller & Nunes, 2014, p.660).

Por vezes, a criança é vista pelos adultos como aquela que deve ser preservada dos riscos da cidade, da velocidade imposta pelos automóveis às ruas, da violência que reverbera no meio urbano. Tal visão vem atrelada a toda uma concepção de espaço urbano no qual os espaços públicos de sociabilidade são crescentemente privatizados, corroborando para uma segregação socioespacial na qual as diferenças de classe são nitidamente marcadas, principalmente ao que tange as áreas consideradas de lazer.

As crianças dos bairros populares, carregadas da singularidade da infância em nossa sociedade sob a marca da ludicidade, acabam por ter seus espaços de brincadeiras e socialização atrelados a “espaços públicos precários e mal-cuidados, demonizados como locais de perigo” (LANSKY *et. al.*, 2014, p.719).

Segundo Lansky *et al* (2014, p. 720), “as crianças sofrem uma dupla segregação, quer pela visão do espaço público como inapropriado à circulação infantil, quer pela representação de sua periculosidade nas metrópoles brasileiras contemporâneas”.

sociais criados pela organização capitalista do trabalho” (GAGNEBIN, 2009, p.59). Nesse contexto, Benjamim situa o surgimento do conceito de vivência (*Erlebnis*) “que reenvia à vida do indivíduo particular, na sua inefável preciosidade, mas também na sua solidão. Essa interiorização psicológica é acompanhada por uma interiorização especificamente espacial: a arquitetura começa a valorizar, justamente, o ‘interior’. A casa particular torna-se uma espécie de refúgio contra um mundo exterior hostil e anônimo” (GAGNEBIN, 2009, p.59).

Longe de esgotar a complexidade do debate em torno dos conceitos de vivência e experiência nos interessa apontar a existência de uma diferença fundamental entre ambos, que acompanha todo um processo histórico de desenvolvimento das forças socioeconômicas do capitalismo moderno.

Nesse contexto, estabelece-se uma relação de poder entre adultos e crianças sobre o lugar a ser ocupado por estas, em que as famílias são as detentoras de uma espécie de poder sobre a socialização e sociabilidade infantil.

Como afirma Souza (2015, p.33), ao resgatar os estudos de Florestan Fernandes sobre o folclore paulistano⁶, que traz elementos acerca das vivências infantis analisando brincadeiras e formas de organização dos grupos infantis, temos que a residência das crianças é condição de seu agrupamento e tal residência surge como consequência das experiências e realidade social vivenciada e estabelecida pelos adultos.

O território da ocupação Vila Soma também se insere nessa lógica e as crianças passam a ter suas experiências dentro da ocupação mediadas pelas concepções e decisões dos adultos aos quais se ligam diretamente.

(...) na verdade as crianças vão [nas manifestações e atos] porque os pais precisam ir, e esses pais não vão sair para uma passeata e vão deixar as crianças sozinhas em casa, né? Porque aí é abandono. Então, eles levam as suas crianças, mas como eu disse para você é tudo organizado, tem uma organização (L., ex-moradora da Vila Soma e conselheira tutelar).

Não tem muito o que fazer, porque, primeiro, eu sou muito preocupada, não deixo eles ficarem na rua, então é aqui mesmo [no quintal da casa]. Ele se divertem entre si (...).

Quando eu vou [à assembleia], levo todo mundo, e se está na quadra a assembleia boto todo mundo sentadinho perto de mim, e fica todo mundo prestando atenção. Quando chegam em casa eles falam tudo que o W. [liderança na ocupação] falou lá na frente. (F., moradora Vila Soma).

Uma das últimas [manifestações] teve gás e eu estava com a minha bebê.

(...). Aí depois destas últimas evitei um pouco levar, mas aí eu não acho justo também deixar, porque eles têm que ver também que a gente tem criança, que a gente precisa da moradia. Você entendeu? (L., moradora Vila Soma).

Assim, a mediação dos adultos determina muito do que irão vivenciar as crianças. Mas existem relações mais amplas e complexas que também ditam os rumos das experiências infantis. No caso da Vila Soma, a presença em um movimento popular

⁶ Cf. FLORESTAN, Fernandes. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis. In: *Pro-Posições*. v. 15, n.1 (43) – jan./abr. 2004.

de luta por moradia e os conflitos inerentes à condição de ocupação de terra, incidem tanto nas ações dos adultos sobre as crianças, bem como nas relações estabelecidas pelas próprias crianças no espaço da ocupação e em outros espaços exteriores ao bairro: como escolas, centros de saúde, comércios, praças públicas, instituições religiosas, casas de familiares e amigos fora da ocupação, entre tantos outros espaços.

1.2 – Os *de dentro* e os *de fora*: diga-me onde moras que te direi quem és

O próprio espaço da ocupação é alvo da visão de local a ser evitado ou perigoso pelos moradores do entorno e de outras localidades da cidade e região. Os moradores, com os quais conversamos, foram unânimes em nomear “*lá fora*” em contraposição à realidade “*de dentro*” da ocupação, ainda que esta seja diversa para os diferentes sujeitos residentes na Vila Soma.

Em visitas ao bairro não era incomum pessoas próximas questionando “mas você não tem medo de ir até lá?”, apesar de todos os que tinham esse discurso também habitarem bairros populares. Tal visão aparece também nos relatos dos adultos moradores da Vila Soma, em que defendem seu “lugar”, entendido como território de moradia e de luta, e o apresentam de maneira qualitativamente distinta do que esse imaginário social apresentado pelos *de fora* em relação à ocupação.

Eu ando com a minha carteira, com meu celular e nunca fui roubada e, assim, eu acho que existe criminalização em todo lugar. Eu fui roubada no ponto do Pague Menos [supermercado situado na região central da cidade, próxima à ocupação]. Então quer dizer: será que foi do Soma? Então o pessoal discrimina: ‘depois que o Soma veio pra cá tão roubando mais a minha casa’. Eu acredito que não é verdade. Esse pessoal que fala isso geralmente é quem não apoia o movimento, não quer ver a gente morando aqui. A gente sofre sim discriminação em todos os lugares.

Trabalhei no Pague Menos no caixa durante seis meses eu pude perceber que de cada dez pessoas que passavam no meu caixa seis, sete discriminavam o Soma. Falavam alguma coisa. Não sabiam, às vezes, que eu morava aqui (L., moradora Vila Soma).

“Nós temos uma área totalmente aberta, totalmente segura. Pelo que a sociedade, às vezes, prega lá fora, não é o que eles pregam, mas em si nós temos uma segurança aqui dentro. As crianças percorrem livremente pelas ruas: soltam pipa, jogam bola. Elas transitam pelas ruas livremente sem aquela preocupação que tem em outros bairros

onde tem infraestrutura, onde eles falam que tem segurança, que na verdade não tem” (R., morador e coordenador Vila Soma).

O bairro popular, no caso da Vila Soma, caracterizado como uma ocupação urbana, traz consigo toda uma carga de estereótipos que incitam a criminalização e marginalização de seus moradores. Nesse contexto as crianças acabam por lidar com falas e relações que denotam a segregação a qual são submetidas pela própria lógica de organização desigual da sociedade capitalista, trazendo consequências que não serão abordadas aqui, mas que de antemão podemos afirmar serem marcantes em sua formação enquanto indivíduos.

Como eu disse para você, queremos crianças preparadas e entendendo o que está se passando. Essas crianças precisam entender que elas estão ali lutando por algo que é direito delas, e para que quando outras crianças lá de fora chamá-las de vândalas, de sem-terra, sem-teto, elas tenham argumentos. As nossas crianças hoje já têm argumentos, sabem responder ao pé da letra: “eu não estou roubando nada! Eu estou lutando pelo que é meu de direito”. Eu já vi uma criança falar assim, na escola” (L. ex-moradora da Vila Soma e conselheira tutelar).

Entendem, porque aqui, as minhas duas crianças, tenho gêmeas de quatro anos, quando elas veem soltar um rojão, elas falam assim: ‘mamãe tem passeata e a gente tem que ir!’, ou então a menorzinha fala: ‘mamãe a gente vai lá para casa da prefeita Cristina?’ Eu digo que não sei, mas ela fala que estão soltando fogos, o W. [liderança na ocupação] está chamando nós para passeata.

Então, eles sabem, e ficam muito apreensivos. Um dia antes do dia das mães, o pessoal do Jornal Liberal veio aqui fazer uma entrevista comigo. (...) Eles vieram aqui, e quando ela viu aquele monte de gente chegar, falou: ‘mamãe é porque a gente tem que ir para a passeata, a gente vai sair daqui?’

(...).

Então quando eles veem falar que tem um movimento, uma passeata, eles ficam todos em choque: ‘nós vamos sair, mamãe? Nós não vamos ter onde morar?’ Então, eles entendem sim! (F.,moradora Vila Soma).

As falas acima denotam a necessidade e a capacidade das crianças interagirem com situações que dizem respeito a sua condição de ocupantes de um território sobre o qual pesa o estigma de não possuírem o direito de estar nele. Assim, as falas dos adultos demonstram a intenção de que as crianças compreendam sua situação e possam argumentar sobre ela ao serem questionadas pelos “*de fora*” ou sofrerem situações de

discriminação que, como veremos a seguir, serem comuns no cotidiano dos moradores da Vila Soma entrevistados. A preocupação das crianças com a perda da casa, com a falta de “ter onde morar” demonstra, também, a compreensão sobre os riscos e ameaças de remoção que sofrem como moradoras da Vila Soma, o que não ocorre em bairros regularizados onde os moradores detêm o status de proprietários legais.

Tais experiências, não expansíveis a todas as crianças de nossa sociedade, com certeza são marcantes na formação das crianças que crescem na Vila Soma, em sua constituição enquanto sujeitos oriundos de determinada classe social. A situação de classe é assim marcante na formação da criança, pois a partir dela que se vivencia e se experimenta a realidade em sua complexidade, mesmo que dela não se possa abstrair explicações definidas.

Benjamin (2002) é exemplar ao afirmar:

A criança proletária nasce dentro de sua classe. Mais exatamente, dentro da prole de sua classe, e não no seio da família. Ela é, desde o início, elemento dessa prole, e não é nenhuma meta educacional doutrinária que determina aquilo que essa criança deve tornar-se, mas sim a situação de classe. Essa situação penetra-a desde o primeiro instante, já no ventre materno, como a própria vida, e o contato com ela está inteiramente direcionado no sentido de aguçá-la desde cedo, na escola do sofrimento e da necessidade sua consciência. (BENJAMIN, 2002, p.122)

Diante das experiências compartilhadas pelas crianças no bairro e nas práticas de organização do movimento (passeatas, assembleias, festividades, campeonatos de futebol, biblioteca, etc.) cremos que há uma alteração na própria forma como a infância se desenvolve nesse espaço. Com certeza, muito diferente das experiências de crianças oriundas de outra classe social ou mesmo que gozam de outra relação com o território na qual habitam. Ou seja, mais do que apenas estarem em um bairro no qual a precariedade e o abandono do poder público são latentes, assim como tantos outros na cidade, elas ouvem e participam de práticas que as colocam dentro de um movimento social de luta por moradia, o que pode significar outras formas de ver o espaço no qual habitam.

Para Carvalho (2014, p.742) “o território onde as crianças residem e crescem assume um papel importante na maneira como lidam com os problemas sociais”. Aqui

temos marcada a questão de classe como determinante no desenvolvimento da infância, o que não pode ser entendida ou generalizada a todas as crianças de uma sociedade.

As falas dos adultos revelam um processo de marginalização e estigmatização sofrido pelas crianças e também pelos adultos moradores da ocupação, onde são chamadas de “vândalas”, “sem-teto” e “sem-terra” – com tom pejorativo – entre tantas outras formas de tratamento que remetem a condição de moradia e de classe. A marginalização da população pobre, que produz um imaginário social de insegurança e discriminação em relação a toda uma parcela da sociedade, possui um histórico complexo e nos remete à organização da sociedade e a exploração do trabalho na sociedade capitalista.

Podemos aqui atribuir essa estigmatização a um processo ideológico mais amplo de dominação e subordinação da classe trabalhadora, como meio de controle de seu potencial combativo. Ao definir que há um lugar subordinado a toda uma população, a estigmatização e sua consequente marginalização funciona como uma barreira de contensão, como uma forma de neutralizar a revolta em prol de “uma adaptação no interior da serialidade”⁷ (IASI, 2013, p.43) . Contudo, barreiras podem vir a explodir por diversas circunstâncias e a luta política pode emergir justamente nesses espaços transformados em “guetos” urbanos.

No contexto da Vila Soma, essa estigmatização e marginalização se agravam dentro do *status* que assumem em relação a propriedade da terra na qual habitam. Não gozando do *status* de proprietários são alvo constante de questionamentos acerca da sua legitimidade enquanto moradores e portadores de direitos sociais.

Assim, concordando com Carvalho (2014), e a partir de nossas visitas, vivências e conversas com moradores da Vila Soma e de fora dela, temos que “o olhar do exterior fecha o bairro num território específico, estigmatizado, potencialmente perigoso e ameaçador para quem se encontra fora dele” (CARVALHO, 2014, p. 752). Mostrando uma faceta do imaginário social que hierarquiza os sujeitos de acordo com sua ocupação no território e sua posição na lógica da propriedade privada. Nas palavras de Müller e

⁷ Serialidade é entendida por Iasi (2013) como o processo pelo qual os indivíduos, “submetidos à lógica do capital”, reproduzem a vida cotidiana como um “coletivo serial” que se ignora mutuamente, não formando um grupo, mas de maneira “fragmentada e superficial” (IASI, 2013, p.42).

Nunes (2014, p.669), “a máxima *Diga-me onde moras, e identifico sua posição na estrutura social* aponta o lugar do espaço físico na determinação do lugar social”.

Sabe o que é mais difícil, Marta, é você ter que provar todo dia que você é humano igual os outros.

Sabe, Marta, é a maior dificuldade e o mais triste é isso: que você é ser humano igual aos outros, foi gerado, nasceu como todo mundo, mas porque você está numa ocupação tem que provar que é inteligente, que é normal, igual a todo mundo, que você não é um E.T. Você tem que sair lá fora e provar, se for fazer uma entrevista de trabalho, tem que provar mais do que os outros que estão lá. (L., ex-moradora e atual conselheira tutelar)

Vai fazer dois anos que eu tô desempregada, porque eu trabalhava pra uma família, quando a família descobriu que eu morava aqui, fui desempregada. E daí pra cá eu não consegui mais um outro emprego. É uma discriminação enorme. (F., moradora da ocupação).

Assim, temos que os moradores percebem um tratamento diferente por serem moradores da ocupação, sendo discriminados e estigmatizados dentro da cidade. Toda a relação de estigmatização reflete em como são tratadas as crianças dentro e fora da ocupação, em sua apropriação do espaço urbano. Dessa forma, há o estabelecimento de uma territorialidade que une a relação com o espaço e as vivências sociais por ele acarretadas (CARVALHO, 2014, p. 744). E, à semelhança dos adultos, as crianças da Vila Soma carregam consigo a marginalização do território no qual habitam e a condição social da qual são partidários à sua revelia.

As crianças sentem muito, eles sabem que tem o preconceito, eles são xingados, eu já vi muitas crianças falarem que tiraram sarro, chamando eles de sem-teto, acham que eles estão fedidos, sujos. (L., ex-moradora e atual conselheira tutelar)

Porque têm aquelas crianças que na escola dizem assim: ‘você mora naquele lugar onde só tem bandido’. Outros falam: ‘você mora naquele lugar onde um monte de gente vai preso’. (F., moradora da ocupação).

Eu lembro que no começo ela [filha mais velha, adolescente] enfrentou muito preconceito na escola, principalmente no tempo de chuva, dos outros alunos que não moram aqui. Chamavam ela de pé de barro essas coisas. Preconceito que ela sofreu bastante na escola. (L., moradora Vila Soma).

A localização da Vila Soma também nos traz elementos para pensarmos nessa estigmatização e marginalização sofrida pelos moradores: a ocupação encontra-se em uma região central da cidade, em que se encontra a principal área comercial da cidade, próxima aos órgãos de governo e gestão municipal (prefeitura, câmara de vereadores e fórum de justiça, etc.), bancos e outras instituições financeiras, imóveis e empreendimentos comerciais e habitacionais com alto valor imobiliário e fácil acesso às duas principais rodovias da região – rodovias Anhanguera e Bandeirantes.

Assim, a Vila Soma ocupa uma área propícia à especulação imobiliária e à construção de imóveis com alto valor no mercado imobiliário. Para Catini (2013, p. 42) “Os preconceitos acerca da maneira de viver das classes populares sedimentaram-se na medida em que o espaço urbano passa a ser ‘usufruído’ por elas e pelas classes dominantes”, o que é vivenciado ao limite pelos moradores da Vila Soma, por encontrarem-se lado a lado com o centro da lógica de gestão e circulação de bens e mercadorias da cidade.

2 - Escola, polícia e privação de direitos básicos ou como o Estado “chega” até as crianças.

“(...) em todas as partes a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despidorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando”
(Engels, “As grandes cidades”, 1845)

Partimos do pressuposto que o Estado moderno não se apresenta como um ente nem idealizado e meramente abstrato e nem como uma objetividade neutra e burocratizada dentro de um viés legalista. O Estado é expressão de uma realidade contraditória em que a luta de classes se estabelece e as classes dominantes tem amparo essencial dentro da lógica estatal.

Em escritos de 1844⁸, Marx aponta o Estado como “expressão ativa” do “atual ordenamento da sociedade” (MARX, 2010, p.62), ligando-o estreitamente à lógica de luta de classes e de organização de um corpo administrativo-jurídico de ordenamento e de benefício da sociedade burguesa e de suas classes dominantes.

Em “O manifesto comunista”, de 1848, Marx e Engels afirmam que “A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou, para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX & ENGELS, 1998, p.12). Apesar de saber que a ação estatal guarda particularidades de acordo com as circunstâncias históricas, reconhecemos a atualidade da fala de Marx e Engels na representação da ação das forças do Estado nas falas dos moradores da Vila Soma.

⁸ Existe um amplo debate em torno do desenvolvimento dos conceitos marxianos ao longo da trajetória de Marx, sendo, diversas vezes, sua construção teórica dividida entre o “jovem” e o “velho” Marx pelos estudiosos marxistas. Não adentraremos nas especificidades desse debate nos limites do presente texto, também por entendermos que, guardadas as alterações essenciais e mudanças apontadas pelo próprio Marx em seus escritos, a concepção de *Estado* em sua obra se aprimora no decorrer de sua trajetória, mas guarda elementos essenciais que tentaremos vislumbrar de maneira basilar à nossa análise.

Nos relatos apresentados pelos moradores da Vila Soma, vemos como o Estado brasileiro⁹ não aparece dentro da propagandeada visão – ideológica – do Estado como mantenedor do bem público, garantidor de direitos a todos os cidadãos dentro de seus limites territoriais, mas antes como um representante da defesa da propriedade e da ordem socioeconômica vigente.

Desse modo, não pensamos na relação estabelecida entre a ação do Estado com crianças e adultos da Vila Soma como um caso isolado, mas como um caso exemplar de ações que são tomadas historicamente a partir do Estado em relação à classe trabalhadora e, ainda mais incisivamente, em relação àquela parcela que mesmo dentro da lógica de direitos imposta pelo próprio Estado se organiza em um movimento popular de luta.

Assim, mais do que processos particulares de estigmatização e discriminação vindos dos “*de fora*” temos um conjunto de ações orientadas a partir dos órgãos e instituições estatais que aqui consideramos como repressoras, excludentes e subalternizadoras.

A luta histórica do capitalismo contra a insubordinação da classe trabalhadora “envolveu a consolidação de um corpo social de instituições, leis e outros processos de indução de mudanças e hábitos e adaptação à nova ordem, dentre as quais, a educação escolar” (CATINI, p.37, 2013). Aqui a escola ganha forte delineamento da exterioridade excludente nos relatos dos adultos da ocupação. Nela se estabelecem as relações de enfrentamento, de exclusão e de violação do que poderíamos considerar como direito das crianças em sua vivência urbana: no caso o direito à educação escolar e a serem tratadas com dignidade.

(...) como a história que eu disse para você já do preconceito com as crianças que vão com o ônibus escolar e foram um dia com os pés sujos de barro, os tênis, e sujou o pátio da escola. Acho que alguma criança foi tentar limpar para entrar na sala e acabou fazendo mais sujeira, porque barro é barro. Sumaré é cheia de barro. As ruas que dizem que tem asfalto estão cheias de buracos e com barro, calçadas sem concretar... Imagina lá dentro da ocupação. (...) a diretora ou coordenadora, não sei quem foi (...). Foi nas salas, na verdade, expor essas crianças a uma situação, ela falou na frente de todo mundo, ela

⁹ Aqui entendemos Estado brasileiro não apenas como um órgão central federal, mas também como suas divisões em poderes, administrações e instituições regionais relacionadas ao poder estatal.

não chamou criança por criança, não! Ela falou no geral, na frente de todo mundo: que as crianças que morassem na ocupação Vila Soma eram para levar um tênis reserva na bolsa para quando chegassem na frente da escola trocar o tênis, porque estavam sujando muito a escola de barro. Ela recriminou, fez tudo o que ela não podia. Se eu for numerar o tanto que ela errou ali, ela errou demais. E aí, o que aconteceu diante disso? É lógico que nós temos uma liderança que está disposta a lutar por nossas crianças e reivindicar os seus direitos. Então essa liderança foi até a escola e teve uma conversa ao pé da letra com ela, pois isso não é coisa que se faça, porque nós temos crianças lá que não tem nem o que comer direito, nós temos crianças que não tem nem um tênis para vestir direito, quanto mais outro para levar de reserva.

Agora, nós estamos preocupados em alimentar essa criança e que ela estude. E ela está preocupada com o tênis sujo de barro? Lá fora é esse preconceito que as nossas crianças têm. (L., ex-moradora e atual conselheira tutelar).

Ainda sobre o mesmo caso:

Nós tivemos uma briga braba, porque eu vou à luta, corro atrás, e eu fecho o tempo, entendeu? E nós tivemos uma grande briga, porque quando a minha filha chegou aqui e falou: “mãe, nós vamos precisar levar um outro sapato na mochila, porque a diretora falou que nós estamos lameando, que depois que esse povo do Soma entrou a escola virou um chiqueiro”. Aí eu fui lá conversar com ela, e a minha conversa não foi boa, porque eu falei para ela que eu não admitia aquilo. (F., moradora da ocupação).

A escola, aqui entendida como uma forma da relação do Estado com as crianças, aparece cumprindo um antigo papel de regeneradora, disciplinadora e higienizadora da população, impondo padrões e estabelecendo espaços e condutas que devem ser seguidos dentro de sua institucionalidade.

E a ideia de ‘regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas’, esteve presente desde o início da república e se estendeu por diversas décadas, pois era ‘o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional’ (CARVALHO apud CATINI, 2013, p. 42).

Ao expor as crianças para todas as demais diante da argumentação sobre a “sujeira” que o barro representa, a diretora da unidade escolar mais do que causar constrangimento e ter uma prática abusiva dentro de sua hierarquia de poder no ambiente escolar, demonstra um discurso que retira das crianças a integração ao

ambiente, colocando-as como exteriores ao próprio ambiente escolar, que não comporta suas práticas culturais e seu modo de vida.

Sem sequer problematizar a relação que a falta de infraestrutura imposta pelos órgãos governamentais à ocupação tem com a presença do barro nos sapatos das crianças, a diretora expõe um ideário que coloca a escola como portadora de um caráter excludente e higienista, não comportando as particularidades e dificuldades vividas pelas crianças.

O fato de um dia de chuva, principalmente as crianças que são maiorzinhas, às vezes a gente tem que levar andando porque não dá no colo, e aí chega de qualquer jeito. Então é pesado, a gente acha que eles não ligam, tão rindo porque a roupa tá suja, mas não é verdade.

Às vezes, eu tô subindo e a minha filha fala “vamos pegar carona para não sujar o pé”. A preocupação é chegar suja e ela tem apenas três anos. Porque sabe que vão [falar], mesmo ela sendo pequena, que o pessoal discriminando e falando do local onde ela mora! (L., moradora Vila Soma).

Quando uma criança de três anos apresenta a preocupação em não aparecer suja ou quando a diretora de uma unidade escolar expõe as crianças a uma situação vexatória e pede que troquem seus calçados com barro antes de entrarem na escola, vemos como a dinâmica da exclusão estabelece-se nas sutilezas das práticas cotidianas – nem tão sutis assim –, impondo vivências às crianças que as inserem dentro de um grupo e classe social específico, que sente sobre si a exclusão promovida pela lógica de organização da propriedade privada e da organização do Estado.

Assim a fala da diretora demonstra não apenas uma relação pessoal com o caráter de ocupação da Vila Soma, ou até mesmo com as crianças oriundas da classe popular, mas expressa um ideário que se cristaliza nas práticas estabelecidas entre o Estado e moradores da ocupação, práticas de exclusão, de subalternidade e de controle.

Começa na própria secretaria, diretoria e coordenação. Porque quando vai uma mãe pedir uma vaga escolar, e fala que a criança mora na ocupação já é negada a vaga. Se tiver uma vaga para duas crianças, uma da Vila Soma e a outra de um bairro qualquer, pode ser da periferia, mas é um bairro, a prioridade é dada àquela criança que mora em outro bairro que não seja a ocupação. Então esse preconceito lá fora já começa aí. (L. ex-moradora e atual conselheira tutelar).

A escola – “direito de todos” – aparece nos relatos como a instituição mais citada pelos adultos na relação de dificuldades encontradas pelas e com as crianças. Mesmo quando não questionamos sobre a escola diretamente, ela aparece como a primeira citação sobre o cotidiano das crianças e os relatos sempre circulavam em torno do caráter discriminatório e excludente, como local de enfrentamento para as famílias e coordenação do movimento de luta na Vila Soma.

Dentro desse contexto, não podemos entender a escola – ainda mais a escola pública a qual tem acesso as crianças e adolescentes da ocupação – como uma instituição apartada da organização do Estado e, portanto, como prática social situada dentro do sistema capitalista. Longe de querer fazer um retorno às teorias crítico-reprodutivista¹⁰, temos interesse de pontuar que a escola não se apresenta de modo descontextualizado, apesar de existirem processos de resistência em dinâmicas complexas.

A positividade dada à escola pelo ideal de sua universalização do direito de acesso não se evidencia na materialidade das relações em nossa sociedade (CATINI, 2013), dando-se apenas no plano do ideário educacional.

Ainda assim, o propagado recuo das desigualdades sociais por meios da universalização do acesso ao ensino não se realiza nos diferentes momentos históricos, e nem há indícios de sua efetivação progressiva no início do século XXI, de tal modo que se pode tomar o caráter positivo da escola como ideológico (...).

Assim, é necessário considerar que educação ocorre separada da produção, mas sua atividade não é livre de determinações advindas do modo de produção capitalista, e portanto, seu papel não se define nas pretensas finalidades imanentes ao sistema de ensino. (CATINI, 2013, p.169)

Ao partir dos relatos dos moradores da ocupação não podemos descartar a relação estreita entre capitalismo e a escola¹¹. Apesar de ser esse debate complexo e controverso, a escola não é aqui considerada como apartada do poder totalizante do

¹⁰ Sobre as teorias crítico-reprodutivista em educação conferir “SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008”.

¹¹ Cf CATINI, Carolina de Roig. *A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; e FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

capitalismo. Portanto e diante dos relatos apresentados pelos moradores, aproximamos a escola, bem como a polícia, como instituições de controle e repressão aos trabalhadores e, principalmente, aos trabalhadores organizados em um movimento de luta.

Não colocamos em questão o nível de organização ou de “consciência de classe” que orienta os moradores da Vila Soma por nós entrevistados, mas buscamos em suas falas os indícios do modo como veem e vivenciam a relação com essas instituições organizadas via Estado.

O possível tom condenatório ao Estado e suas instituições nos persegue quando nos aproximamos dos relatos que envolvem a relação da polícia com as crianças e sua presença nos diversos momentos de luta. Aqui a barbárie parece gritar contra nossa face de ouvinte e de quem vivencia a ação da polícia na cidade de maneira cotidiana e pode vislumbrar como se dá tais ações.

Ao iniciar os relatos acerca do envolvimento da polícia nos momentos de conflito envolvendo ordens judiciais de reintegração ou nas manifestações nas ruas da cidade, ouvimos, de maneira unânime, relatos de violência e repressão contra crianças, jovens, adultos e idosos moradores da ocupação. A preocupação com as crianças apareceu, reiteradas vezes, no combate a certo discurso que ligaria as crianças a “escudos humanos”.

Ninguém está usando crianças para colocar de frente, nem para colocá-las de escudo. Escudo, eles dizem, que estamos usando as crianças de escudo. Nenhuma mãe, nenhum pai, é louco de pegar seu filho e colocar de escudo! Até porque, Marta...eu vou te falar uma bela de uma realidade agora, isso eu falo e assino embaixo, na frente de qualquer pessoa: nós sabemos que uma criança na frente de uma bala não vai inibir um policial de atirar. E como a gente sabe disso jamais vamos colocar uma criança de escudo.

Então essas crianças estão indo com os pais porque as nossas passeatas são pacíficas e não estamos esperando que alguém vá atirar ou jogar bala, como já fizeram: em uma passeata pacífica e de repente os policiais começaram a jogar bomba. As crianças estavam todas ali, misturadas, assim como tinham deficientes, idosos e mulheres grávidas, porque era pacífico. A gente estava indo para a rua reivindicar os nossos direitos. (L., ex-moradora e conselheira tutelar)

Ainda sobre a ação da polícia em uma manifestação com a presença das crianças:

Eles [as crianças] sabem e estão muito ligados, até porque a gente já passou de tudo. O último acampamento que nós fizemos na frente da casa da prefeita, as minhas crianças quase morreram, porque a gente estava desmontando as barracas e a polícia parou e jogou bomba de gás, tem uma delas que estourou o ouvido, aquela fumaça quase acabou com a vida dela, estourou o ouvido, e precisei fazer um tratamento. (F., moradora da Vila Soma)

Aqui temos a relação discrepante entre a pretensa relação da segurança pública e os propalados direitos às crianças e adolescentes. Uma vez assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e pelo artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ainda que numa análise muito simplista, temos a ação da polícia e o referido dever do Estado perante as crianças e adolescentes como uma nítida incongruência, uma vez que as orientações e práticas da polícia emanam do poder estatal. Não gostaríamos de apresentar o Estado dentro de uma visão maniqueísta como representante da negatividade do processo de socialização das crianças e adolescentes na ocupação, mas como nos afirma Catini (2013) e a natureza dos relatos com os quais tivemos contato na Vila Soma:

É certo que não é recomendável à produção teórica o recurso a explicações maniqueístas, que colocam o Estado na condição de ‘culpado’ por engendrar um controle sobre as ‘classes perigosas’, no caso a classe trabalhadora. No entanto, (...) com as tentativas de disciplinar os hábitos dos trabalhadores por meio de diversos mecanismos que incidiam sobre os valores e a maneira de educar, o Estado instaurou medidas extremamente violentas, num claro intuito de moralizar e controlar a classe, com nova ordem de ‘civildade’. (CATINI, 2013, p. 176).

Assim, ousamos afirmar que há uma nítida diferenciação da forma como o Estado, via instituições e governos locais, lida com os moradores de bairros populares e de ocupações urbanas, e as classes proprietárias abastadas. Não podemos nos furtar à conclusão de que o ato de jogar bombas em meio a uma manifestação com crianças, idosos, mulheres grávidas e etc. – não que concordemos com o ato de jogar bombas em

peças, mas sabemos que é comum em ações policiais –, seja ato normalizado em nossa sociedade independente da localização e dos sujeitos envolvidos. Tendemos a acreditar que a defesa à propriedade privada e à sua classe detentora tenha resguardo sob os ditames e práticas do Estado, sendo que a elas a ação policial não demonstra ser ostensiva e violenta.

Um fato emblemático sobre a ação da polícia na Vila Soma deu-se ainda em um período de pedido de reintegração de posse marcada para janeiro de 2016. Segundo reportagem da imprensa local¹², um mês antes da data prevista para a reintegração, a então comandante do 48º Batalhão da Polícia Militar solicitou junto ao poder judiciário *habeas corpus* com fins de evitar que fosse incriminada por não cumprir a ordem de desocupação. Segundo ainda informações dadas pela mídia, a operação “demandava ‘planejamento detalhado e grande uso de força pessoal’, com intuito de preservar a integridade física de todos os envolvidos no cumprimento da decisão” (G1, 2016, s/p). A providência tomada pela comandante responsável pela operação demonstra o reconhecimento de que a operação da polícia teria desfechos violentos pelos quais a profissional não arcaria com a responsabilidade no cumprimento da ordem.

A organização da polícia no Brasil remonta ao período da Ditadura Militar, oficialmente datada de 1964 a 1985. De maneira peculiar, manteve-se na Constituição Federal de 1988, que consolidaria a ordem democrática no país, as mesmas prerrogativas legais das forças militares e policiais do período ditatorial¹³.

A nova Constituição descentralizou poderes e estipulou importantes benefícios sociais similares às democracias mais avançadas. No entanto, uma parte da Constituição permaneceu praticamente idêntica à constituição autoritária de 1967 e à sua emenda de 1969. Refiro-me às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares estaduais, sistema judiciário militar e de segurança pública em geral. (ZAVERRUCHA, 2010, p.45).

¹² O pedido de reintegração de posse foi revogado por ordem do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, a pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, diante do fato de não haver local para o reassentamento dos mais de 10 mil moradores e dos conflitos que a ação poderia gerar (G1, 2016).

¹³ Sobre o referido tema cf. os artigos “Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988” de Jorge Zaravucha; ““O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967” de Gilberto Bercovici e “1964, o ano que não terminou” de Paulo Eduardo Arantes. Todos os artigos encontram-se em TELES, EDSON & SAFATLE, WLADEMIR (orgs). “O que resta da ditadura: a exceção brasileira”. São Paulo: Boitempo, 2010.

Destarte, podemos auferir que as práticas repressivas dos órgãos de segurança pública, incluindo neles o papel de parte da polícia que, não por menor motivo, manteve em sua nomenclatura o termo militar, têm raízes num passado recente da história do país que envolve anos de repressão e controle social via Estado autoritário.

Aprofundando o debate em torno das manutenções das práticas e ordem legal da Ditadura Militar no recente período democrático do país, Arantes (2010, p. 221) afirma que “Do Banco Central ao Código Tributário, passando pela reforma administrativa de 1967, a Constituição de 1988 incorporou todo o aparelho estatal de estruturado sob a ditadura”.

Entendendo a legislação mais como uma representação do poder instituído, do que o próprio poder de fato, cremos que essas permanências trazem luz às incongruências observadas entre a forma repressora como instituições estatais agem com a população pobre e o rol de direitos sociais “garantidos” na Constituição Federal e demais legislações vigentes, mas que não vemos praticados, sendo fruto das reivindicações dos movimentos populares de luta.

É gritante a falta de assistência que as famílias possuem por parte da organização estatal. O que se reconhece em condições básicas de saneamento, fornecimento de água, eletricidade e acesso à saúde, transporte e educação.

É desafio para tudo: a começar pela água. Graças a Deus a gente tem alguns poços artesianos que nos auxiliam, mas eu já passei muito tempo de chuva aqui, que chovia muito e o caminhão [caminhão pipa que vende água aos moradores] não subia. A gente tem direito, direito que a prefeita, essa prefeita, coloque a água, mas ela não faz a parte dela. Então, tem desafio com a água, desafio com a chuva, desafio com a luz, porque a gente vive... o pessoal até criminaliza a gente porque é gato [instalações elétricas irregulares], mas a gente gostaria de pagar, mas a prefeita não põe. Então é o básico... Coleta de lixo que a gente não tem, é colocado lá embaixo. Ratos. Têm pessoas que tem consciência e ainda leva para um determinado lugar, outras que já não tem e jogam em qualquer lugar, e ali junta rato, barata, bicho e tudo que você possa imaginar. (L. moradora da Vila Soma).

Assim, de maneira gritante, temos a repressão por um lado (aqui entendida não só como resultado do uso e da atuação das forças policiais, mas também entendendo a escola nesse contexto) e por outro a privação ou mesmo a dificuldade do acesso a serviços básicos.

Singer (1982) argumenta que, na disputa pelos usos do solo urbano, o Estado como provedor de grande parte dos serviços urbanos tem papel importante na valorização do solo urbano. Assim, a maior parte dos serviços urbanos (serviços de saúde, infraestrutura, sistema de comunicações, saneamento, transportes, etc.) encontra-se em áreas mais valorizadas, sendo de uso de moradores com rendimentos mais elevados.

Localizada a cerca de 4,4 km do centro da cidade de Sumaré, área valorizada no mercado imobiliário da cidade, os moradores da Vila Soma, apesar da localização, são privados do acesso aos serviços urbanos disponíveis na região: saneamento, transporte (não existem linhas de transporte urbano dentro da ocupação, apesar de sua extensão territorial), água encanada, luz elétrica, escolas e serviços de saúde. O que nos demonstra que a definição do acesso a esses serviços diz mais respeito à propriedade privada do solo do que a sua localização e reforça a tendência de expulsão dos moradores de baixa renda para regiões periféricas das cidades.

3 – Questão habitacional e a luta por direitos dentro do Estado capitalista

*“Quem são vocês?
 Sem-tetinhos outra vez!
 O que é que trazem?
 A vitória e nada mais!
 Estrela que brilha, que brilha sem parar
 levanta sem-tetinho vamos nos organizar.”*

(cantiga entoada por adultos e crianças em manifestações
 – Relato de L., ex-moradora e conselheira tutelar)

O problema da moradia está distante de ser específico do desenvolvimento da urbanização no Brasil ou mesmo um problema apenas presente na etapa atual do capitalismo. A produção do espaço é central na questão da exploração e desigualdade social que vivenciamos como parte fundamental da organização do sistema de produção capitalista.

Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”, publicado originalmente em 1845, já nos trazia relatos de como o problema da moradia assolava as cidades industriais inglesas. Ao tratar especificamente de Manchester, Engels (2008) já falava do distanciamento das moradias dos operários das proximidades dos locais de moradia da burguesia e dos centros comerciais e de poder, bem como da precariedade das moradias dos trabalhadores que viviam no inquilinato.

Em escritos posteriores, “Sobre a questão da moradia”, escrito em 1872 e 1873, Engels (s/d, p.18) já falava do grande número de imóveis desabitados que poderiam ser utilizados como moradia aos trabalhadores.

É, porém, certo que já hoje existem nas grandes cidades edifícios suficientes para, com uma utilização racional dos mesmos, se remediar de imediato toda a ‘falta de habitação’ real. Isto só pode, naturalmente, acontecer por meio da expropriação dos atuais proprietários ou pelo alojamento nos seus prédios de operários que não têm casa ou que têm até aqui vivido apertados nas suas habitações (...). (ENGELS, s/d, p.18)

Engels (s/d) aponta no referido texto que o problema da moradia, contudo, não é problema passível de resolução dentro dos moldes impostos pelo sistema capitalista, mas que para acabar com tal problema “há apenas um meio: eliminar a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe dominante” (ENGELS, s/d, p.18).

Concordando com Engels acerca dos limites e do cerne do problema habitacional nos interessa, contudo, ressaltar a atualidade de seus apontamentos ao tratar da ineficácia das ações adotadas para tratar da questão habitacional, da existência de habitações já construídas que poderiam ser utilizadas como moradia pelos trabalhadores e da – tomando de empréstimo terminologia adotada no relatório “Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014” desenvolvido pela fundação João Pinheiro – “inadequação dos domicílios”¹⁴.

Os problemas enfrentados no Brasil no que concerne à questão da urbanização são diversos e remetem à nossa colonização e povoamento. Contudo, existem elementos que aqui se repetem como se espelhados em realidades urbanas de outros países com histórico não semelhante ao brasileiro. Isso nos permite ler os textos de Engels – tratando da forma como os comércios se organizam nas vias principais dos bairros escondendo as habitações precarizadas dos trabalhadores em Manchester do século XIX – ou mesmo o texto de Mike Davis¹⁵ (2013) – falando do sul da Califórnia do século XXI e da forma como nos barbarizamos nas estradas e ruas conduzindo veículos que competem entre si e vagam cada vez mais lentos dentro das cidades que privilegiam os carros utilitários em lugar de qualquer outra forma de transporte –, e encontrar em ambos tantas semelhanças com nossa realidade urbana, que tememos fazer generalizações que caíam naquilo que Marx alerta ao dizer que “eventos notadamente análogos mas tendo lugar em diferentes circunstâncias históricas levam a resultados totalmente diferentes” (MARX apud CATINI, 2013, p.35).

Apesar de tomar como ressalva a afirmação de Marx, trazida por Catini (2013), percebemos que alguns problemas se mantêm, guardadas algumas particularidades, em diferentes regiões do mundo, uma vez que o sistema socioeconômico no qual nos

¹⁴ Ver o relatório “*Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014* – Fundação João Pinheiro”, disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br>. Segundo o relatório: “Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em certo momento” (FJP, 2016, p.17). “Como inadequados são classificados os domicílios com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação” (FJP, 2016, p.23).

¹⁵ Aqui tratamos do texto “Estrada de metal pesado” publicado em MARICATO, Emínia [et al]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

inserimos se espalhou de maneira hegemônica. Ao tratar especificamente da América Latina e Caribe, o relatório “Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016) aponta que:

As cidades são cada vez mais desiguais, e nota-se a necessidade de maior ação dos governos para reduzir a pobreza. O meio ambiente também tem sido um campo de pouca atuação. Além disso, somam-se aos desafios das áreas urbanas: transporte público de qualidade e necessidade de construção de habitações populares adequadas a preço acessível, de urbanização de favelas, de melhorias nas residências precárias, de ampliação dos serviços de infraestrutura – especialmente em áreas de forte adensamento – e de regularização fundiária de bairros populares, entre outros. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016, p.14).

Assim, os problemas encontrados em Sumaré na Vila Soma, não são específicos à essa localidade, mas remetem a processos mais amplos e complexos não só da economia nacional, mas mundial. Concorde-se com Harvey (2005, p. 166), quando este afirma que o estudo da urbanização não se separa “do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação a mudanças sociais mais importantes e fundamentais”. Não nos colocamos em face de explicar sobre os estudos acerca da urbanização nessa amplitude, mas apontamos aqui o reconhecimento de que a questão da moradia não se trata de problema pontual, mas sim global, tratando da construção do território em face de determinado projeto que privilegia o Capital e seu sociometabolismo em lugar da realização da vida humana.

Ao tratar da intervenção estatal na questão da habitação no Brasil, Bonduki (1994) traz elementos para pensarmos em como a construção da habitação tornou-se fruto de reivindicações populares como um direito a ser provido pelo Estado. Segundo o autor é apenas na década de 1930 que há a identificação da questão habitacional como uma questão social e objeto de políticas públicas. Na área urbana a construção das casas foi objeto da iniciativa privada que visava o aluguel das casas ou cômodos aos trabalhadores e suas famílias.

A lei do inquilinato, decretada em 1942, trata-se de uma das primeiras intervenções diretas do Estado na questão da moradia. Apesar de parecer favorável aos trabalhadores que viviam no inquilinato, o congelamento dos aluguéis estabelecido por esse decreto-lei trouxe consequências como o aumento do número de despejos, aumento

do valor dos novos aluguéis, desinteresse da iniciativa privada em construir habitações para aluguel (BONDUKI, 1944).

Os fluxos migratórios crescentes no estado de São Paulo, seja inicialmente propulsionado pelo trabalho nas lavouras de café, seja pela crescente industrialização após meados dos anos 1930, agravam o problema da moradia. A criação, em 1937, das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPIs) e em 1946, o programa Fundação da Casa Popular, foram iniciativas de intervenção estatal na construção de casas populares. Os IAPIs acabavam por financiar construções que atingiam a certa classe média, enquanto o programa Fundação da Casa Popular seria mais voltado às populações de baixa renda. Esse programa teve pouca amplitude e contava com a resistência de setores do mercado imobiliário e da construção civil que temiam que tal programa “monopolizasse recursos” que poderiam ser utilizados para a construção de imóveis voltados a setores de renda média (BONDUKI, 1944, p.725).

Arelado a esse processo temos um efeito econômico mais nocivo de redução dos salários a partir da diminuição dos custos com moradia, reduzindo assim os custos de reprodução da força de trabalho. Assim, os trabalhadores de baixa renda que afluíam para o estado de São Paulo e aqueles que sofreram com as ondas de despejos acabam por buscar formas alternativas de garantir a habitação: “a favela e a casa própria autoconstruída ou auto-empresada em loteamentos periféricos carentes de infraestrutura urbana” (BONDUKI, 1994, p.729).

A própria saída encontrada para a construção de suas habitações acaba, como afirma Ferro (2006), seguindo a “lei do sistema”:

o barateamento da moradia que obteve recorrendo a todas as suas mínimas habilidades e disponibilidades, o seu sacrifício, terá como recompensa automática o abaixamento relativo dos salários, sempre determinado pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção. (...). É a lei do sistema. E o antagonismo é insuperável dentro dele: não pode permanecer sem casa, é levado a construí-la. (...) E, progressivamente, disfarçado sob aumentos nominais totalmente inflacionados, baixa correspondente o salário real do operário – baixa acentuada por novo gasto, o da condução. (FERRO, 2006, p. 66-67).

Aqui o trabalhador que constrói sua casa com fins a reduzir seus gastos com moradia e/ou ter mais qualidade de habitação, acaba por pagar o alto valor da condução, do transporte aos locais de trabalho e de acesso a serviços básicos – como saúde e

educação – visto ter sido levado a construir em locais cada vez mais distantes dos centros urbanos, no processo de periferização da cidade.

Em 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão central do Sistema Nacional de Habitação com o propósito de financiar a aquisição e a construção pela iniciativa privada de habitações em terrenos doados pelo Estado. Aqui também os grandes beneficiários foram em grande parte a classe média e as empreiteiras, apesar da orientação inicial, ao menos na intencionalidade propagada pelo governo, fosse de financiar a construção de habitações para os trabalhadores de baixa renda¹⁶.

Desde o fim do BNH em 1986 até 2001 com a Lei nº 10.257 que institui o Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades, em 2003, há um vazio histórico de políticas públicas federais na área da habitação no Brasil (GUERREIRO, 2015). Vigoraram, contudo, alguns programas e projetos estaduais e municipais, mas não de maneira expressiva e expansiva no território nacional. Em 2009, com o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)¹⁷, o governo federal volta a trazer a questão habitacional para o rol de problemas sociais prioritários, ao menos discursivamente.

Uma permanência apontada por diversos autores (BONDUKI, 1994; BOLLAFFI, 1982; GUERREIRO, 2015) é o fato de o financiamento dos programas desde a década de 40 até a atualidade saírem dos fundos do Estado: sejam baseados em descontos e tributos sobre as folhas de pagamento dos trabalhadores ou da possibilidade de saque do FGTS, por parte do trabalhador para uso como parcela de financiamento da casa própria, mas a construção e, diversas vezes, o planejamento das obras é de responsabilidade da iniciativa privada. Destarte, os grandes beneficiários foram parcelas da classe média com maior poder aquisitivo e de interesse dos mercados imobiliários,

¹⁶ Sobre o SFH/BNH conferir “BOTEGA, Leonardo. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. *Espaço Plural*, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007” e “BOLLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o Problema e o Falso Problema. IN: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982”. Sobre dados e informações a respeito de publicações, programas, eventos e políticas públicas sobre urbanismo conferir também o sítio da web “Cronologia do Pensamento Urbanístico” desenvolvido pela Universidade Federal da Bahia e disponível no endereço <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/tabela.php?year=2000>.

¹⁷ Sobre o programa “Minha Casa Minha Vida” conferir “GUERREIRO, Isadora de Andrade. A. Sobre a forma do programa minha casa minha vida: o projeto de desenvolvimento contraditório do PT. In: *XVI Enanpur - Espaço, Planejamento e Insurgências*, 2015, Belo Horizonte - MG. *Anais do XVI Enanpur*, 2015”; e “ROLNIK, Raquel *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>”.

empresas, construtoras e indústrias do ramo da construção civil. O que há é o abocanhamento das finanças dos trabalhadores e dos recursos do Estado – proveniente também da riqueza gerada pelos próprios trabalhadores e deles extraída através das tributações – pelo mercado imobiliário.

Contudo, o recente programa MCMV guarda particularidades em relação aos demais e sobre ele incidem as reivindicações de movimentos populares por moradia. Ao que nos interessa no presente texto, ressaltamos que o programa abarcou pela primeira vez uma faixa “da população que não tem condição de acessar um financiamento e que nunca, portanto, esteve dentro da política habitacional – representando 60% do déficit habitacional brasileiro de 2010” (GUERREIRO, 2015, p. 9).

Segundo Rolnik (2015, p.131), o programa MCMV mais do que visar ao pretenso problema do déficit de moradias, vem em socorro de empresas do setor imobiliário que após a abertura de seus capitais no mercado financeiro, tinham diante da crise internacional em 2008 o risco de quebra no setor¹⁸.

O PMCMV foi concebido com o intuito de promover o aquecimento da economia por meio do estímulo ao setor da construção civil, segmento que gera demanda expressiva por mão de obra de baixa qualificação, sendo frequentemente mobilizado como elemento de políticas econômicas anticíclicas em momentos de recessão. (...) A convergência de interesses de construtoras, governos locais e o Governo Federal em fazer o programa "rodar" suplantou preocupações com aspectos como a qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos e a articulação da oferta habitacional com uma política fundiária abrangente, uma vez que considerações desse tipo afetariam a velocidade de sua implementação (ROLNIK, 2015, p. 170).

¹⁸ Nas palavras da autora “Várias das principais empresas desse segmento haviam aberto seu capital na bolsa de valores nos anos anteriores à crise. Uma estratégia adotada para que pudessem captar investimentos foi a projeção de um alto valor geral de vendas (VGV) nos anos subsequentes. Para que pudessem ampliar suas carteiras de projetos, muitas dessas empresas formaram grandes bancos de terra. No entanto, com a mudança do cenário econômico e a conseqüente tendência de retração da disponibilidade de crédito para a produção e a compra de imóveis, essas empresas viram-se diante de uma situação bastante delicada, com perspectivas reais de quebra generalizada no setor. Tendo sido formulado com intensa participação de representantes dessas empresas, para além de uma política habitacional e de um pacote econômico de caráter anticíclico, o PMCMV foi também uma saída encontrada para evitar a falência generalizada de empresas de grande porte no setor imobiliário, mantendo a oferta de crédito no patamar necessário para que o setor pudesse manter suas atividades em ritmo acelerado e, assim, dar vazão ao capital imobilizado na formação de estoques de terra no período anterior. A produção destinada às faixas 2 e 3 foi particularmente importante para absorver o estoque fundiário dessas empresas. (ROLNIK, 2015, p. 131).

Mais do que responder a um problema social, houve aqui o que Bollafi (1982) chamou de “falso problema” ao se referir à questão do déficit habitacional e sua resolução via política pública promovida através do BNH até meados da década de 1980. Apontada como problema social por diferentes governos, sejam ditatoriais ou democráticos, o problema habitacional acaba por servir como fio ideológico com o qual se trançam interesses que não dizem respeito ao direito de habitação dos trabalhadores, mas de fomento de um mercado de consumo benéfico à dinâmica do mercado capitalista.

O que nos coloca diante dos limites da luta reivindicatória por direitos dentro do Estado capitalista. Visto que a saída posta dentro da lógica estatal estabelecida impõe uma repetição do problema através de sua pretensa resolução. Como resolver então, uma vez que os trabalhadores continuam a se juntar em ocupações, autoconstruir suas casas em periferias distantes, habitar em moradias precárias ou estão desabrigados dormindo em diferentes locais pelas ruas das cidades?

3.1 – Luta por moradia e formação política: onde adultos e crianças se encontram

Bollafi (1982, p.52) ao se perguntar qual a melhor forma para eliminar ou diminuir a carência aponta que “quando o problema da habitação popular foi selecionado como uma das prioridades básicas sobre as quais devia concentrar-se o esforço econômico da nação, a partir do conceito de ‘déficit habitacional’, a pergunta não só não foi respondida, como sequer parece ter sido formulada” (BOLAFFI, 1982, p.52). Isso porque, as soluções tomadas de fato não construíram um horizonte de resolução do problema, mas sim responderam a demandas do mercado imobiliário que, inclusive, agravaram a questão habitacional, tendo como consequência o crescente levante de movimentos por moradia, como foi o caso da Vila Soma.

Para nós a resposta à questão de Bolaffi (1982) está na superação do sistema econômico, mas como não é uma opção viver esperando essa transformação, cremos que a luta reivindicatória constrói caminhos para que os trabalhadores se organizem e criem formas alternativas de luta com fins a superar a forma social imposta pelo capitalismo. Cremos que a resposta a essa questão não é dada individualmente, mas sim coletivamente pelas diversas tentativas, estudos e construções das formas de luta dentro

da realidade na qual nos inserimos e, portanto, no presente trabalho nos cabe apontá-la mais como um horizonte do que como problema de pesquisa.

Compartilhamos da ideia de que a luta – seja ela reivindicatória por direitos ou por transformações mais amplas – e a formação política dela resultante são fonte de conhecimento e desenvolvimento da consciência de classe. Assim, vemos a participação de adultos e crianças no movimento de ocupação e de luta por moradia como um processo formativo que se dá intrinsecamente às suas vivências cotidianas.

Afinal, o próprio aprendizado proveniente da luta política reivindicativa pode ser um elemento desencadeador do processo de elevação da classe à condição de ‘sujeito’, o sujeito do conhecimento histórico, que ‘é a própria classe oprimida, a classe combatente’” (CATINI, 2013, p. 233-234).

“O sujeito do conhecimento histórico é a própria classe oprimida, a classe combatente” essa frase retirada da XII tese apresentada por Benjamin (2012) em “Teses sobre o conceito de história” nos traz a ideia que norteia nossas preocupações no presente trabalho: são os trabalhadores, a classe oprimida dentro de nossa sociedade aqueles que possuem a *potencialidade* transformadora de nossa realidade social. É deste lugar que nos mobilizamos para escrever o presente trabalho e estar junto aos moradores da Vila Soma.

São os trabalhadores em suas diversas lutas que se constroem e constroem as resistências frente aos limites impostos sistemicamente ao desenvolvimento de uma vida sem carências. Isso não quer dizer, contudo, que esse processo se dê de maneira automática, irreversível e linear, como um caminho a ser alcançado inevitavelmente pela classe trabalhadora em seu envolvimento com um movimento popular de luta. Mas, de acordo com suas falas e vivências compartilhadas, temos a indicação de objetivos mais amplos a partir do envolvimento com a luta por moradia, que não se encerra apenas na conquista da habitação, mas na compreensão de possibilidades de direitos mais amplos a toda uma coletividade.

É uma paixão mesmo, e eu posso ter minha casa, posso ser o que for, embora eu hoje ainda viva nessa luta por moradia, mas vou sempre lutar, por que eu acredito nessa luta. Eu aprendi muita coisa com eles e dessa paixão ali do Zumbi dos Palmares eu fiquei ali por um bom tempo. (...)

Só que pra mim, Marta, acabou não se tornando mais uma questão pela minha moradia, mas pela moradia de todos. Então eu continuei lutando, torcendo. Zumbi dos Palmares deu certo, as pessoas estão em seus apartamentos hoje, e essa é a minha felicidade.

(...) cheguei até lá por isso, por já ter no sangue, hoje, a luta por moradia e pelos direitos sociais, está no meu sangue, não é só por moradia é pelos direitos sociais.

(...)

Os movimentos sociais precisam colocar pessoas em todos os espaços, para mudar o nosso país. Precisa de pessoas que saibam o que é por o pé na lama de verdade, sentir a pobreza, o preconceito, porque ela vai saber como agir. Agora quem nasceu em berço de ouro, viveu em berço de ouro, comeu sempre do bom e do melhor, nunca vai mudar esse nosso país. Nunca! (L., ex-moradora da Vila Soma e conselheira tutelar).

Não são só as crianças, você está perguntando das crianças, mas é bom falar, os adultos também ali entenderam hoje, o que eles estão fazendo. Eles não estão só ali, eles entenderam qual o direito deles, que estão ali por luta, e é um direito lutar por moradia, e as crianças também passaram a entender isso (L., ex-moradora da Vila Soma e conselheira tutelar).

Um desafio que a gente enfrenta muito é o preconceito, a discriminação por parte das pessoas que pensam que uma ocupação é lugar de bandido, ocupação é lugar disso ou daquilo. E não é, a ocupação, muito pelo contrário, é um local onde abriga, acolhe a classe trabalhadora.

(...)

Aqui a gente é um movimento de luta, luta por moradia que acaba não sendo só um movimento de luta por moradia, mas a gente tenta mostrar para as pessoas que através da moradia a conseguimos vencer muito outros obstáculos e acaba que a gente luta por todas as injustiças sociais. (R. morador e coordenador na Vila Soma).

A fala dos moradores demonstra a compreensão que os problemas vivenciados cotidianamente pelos indivíduos não podem ser encarados de maneira desarticulada com a coletividade. Assim, ao falarem da “luta de todos”, “de mudança de país”, “direito de luta”, “luta contra as injustiças sociais”¹⁹ falam de si, mas falam também de um lugar que abarca o outro, o *de dentro* e o *de fora*, mas com a identificação que existe um viés de classe em que “os de pé na lama” podem e devem falar por si.

¹⁹ Não colocamos aqui, mas fica como desafio posterior, apontarmos os limites da luta por moradia identificada como direito à propriedade privada, o que traz consequências substantivas para uma luta que supere a lógica do capitalismo de, justamente, defesa da propriedade. Conferir “ARANTES, Pedro Fiori. A anti-reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda (org). *Jornadas de junho – a revolta popular em debate*. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr. – ICP, 2014, v.1, p.41-46.”

O que queremos aqui salientar é que há um aspecto formativo e, por isso, educacional, nas experiências compartilhadas por homens, mulheres e crianças dentro do movimento de luta por moradia. Processo educativo este que podemos pensar como *potencialmente* formador de uma consciência de classe.

Partindo dessa concepção de que num horizonte de transformação social e ruptura com a ordem capitalista vigente é a classe trabalhadora a portadora da potência revolucionária, temos em Löwy (2005), analisando a referida frase da “XII tese sobre o conceito de história” de Benjamim:

A primeira frase, sobre o sujeito do conhecimento, lembra uma ideia que perpassa os principais escritos de Rosa Luxemburgo: a consciência de classe – e, portanto, o conhecimento – resulta antes de mais nada da prática de luta, da experiência ativa da classe operária. (LÖWY, 2005, p.108-109).

É a partir dessa experiência ativa que tivemos como objetivo trazer as falas dos moradores como balisadoras do nosso trabalho. Foi a partir dela que quisemos iniciar nosso caminho em pensar a infância no movimento de luta por moradia.

As falas dos adultos revelam que apesar da dinâmica do movimento não ser alterada substancialmente pela presença das crianças, elas são consideradas em momentos que dizem respeito às práticas voltadas aos adultos, como é o caso das manifestações, festividades, assembleias, etc.:

“As assembleias, por exemplo, no geral têm crianças, então é lógico que os líderes que vão ao microfone vão ter que formular muito bem, pensar muito bem como ele vai falar. Ele vai organizar até questão de tempo, porque sabe que as mães vão para a assembleia e vão levar as crianças e vamos pensar até nisso, por exemplo, não vamos expor uma criança ao tempo chuvoso para a mãe ter que ficar lá, então se tem uma assembleia e começou a chover, ela é cancelada. Pensando em quem? Nessas crianças.” (L., ex-moradora e atual conselheira tutelar).

A presença das crianças nos diferentes momentos de luta e de vivências na ocupação, apesar de não aparecerem nas falas dos moradores como um motivador da organização das práticas no movimento, nos mostra a imbricada relação das crianças em nossa sociedade que, historicamente, criou momentos para separá-las em circunstâncias e espaços chamados de “infantis”. Nas visitas à ocupação e nas falas dos adultos, as

crianças estão presentes nos diferentes momentos, pois a vida no bairro, na ocupação, as inclui e as coloca diante das contradições, resistências e precariedades vivenciadas por todos os moradores.

4 - Um movimento que não se encerra

O presente trabalho, dentro de sua modesta contribuição, visava apresentar elementos que trouxessem a “voz” dos moradores mais do que da própria autora e suas pretensas análises. Compreendendo o papel diretivo exercido pelos adultos na organização de um movimento popular de luta por moradia, foi nas vozes dos adultos que buscamos as respostas para nossas indagações em relação a participação das crianças no cotidiano da luta.

A partir dessas “vozes” percebemos que as crianças são vistas pelos adultos como parte integrante do movimento de luta. Há uma preocupação latente com a participação e segurança delas em diversos momentos, como nas manifestações, assembleias e etc. Além de iniciativas como a organização de uma biblioteca e campeonatos de futebol que abarcam a presença das crianças moradoras da ocupação.

Contudo, cremos que a infância ainda é vista pelos adultos como arraigada de uma concepção que, disseminada em nosso meio social de maneira ampla, coloca as crianças ainda como dependentes das ações e decisões dos adultos, que sob a preocupação de sua segurança dão a elas um lugar determinado que, em geral, não é passível de grande autonomia. Tal preocupação com a segurança, contudo, é justificada pelo repertório de violência a que as crianças estão submetidas a partir das ações apresentadas pela polícia e pela escola, em que são vítimas de atos discriminatórios e do uso da força repressiva da polícia militar.

Diante de tais situações as crianças revelam, a partir dos relatos dos adultos, uma compreensão da dimensão de luta política envolvida na questão da ocupação do território da Vila Soma, tendo falas sobre seus direitos e fazendo denúncias sobre situações em que se sentiram oprimidas, como foi o caso da diretora da escola que expôs e repreendeu as crianças por entrarem na escola com os calçados sujos de barro.

A partir dos relatos dos adultos percebemos que as crianças tem possibilidades de formação múltiplas: seja pela vivência de luta e mobilização, seja pela forma como são tratadas pelos “*de fora*”. Assim, longe de ser uma construção sem conflitos e contradições, as crianças são formadas no seio de sua classe, mas com a inserção num ambiente em que o caráter reivindicatório está constantemente presente e do qual elas fazem parte, seja nas manifestações nas ruas, seja nas assembleias, seja na presença da

comunidade e família nos ambientes em que há a necessidade de intervenção, como foi o caso da escola ou do acampamento na casa da prefeita.

Além disso, mais do que apenas ressaltar aspectos que tragam a relação adulto-criança à tona em seu âmbito mais privado, familiar, gostaríamos de enfatizar a relação que o Estado, via governos locais, estabelece com as crianças. Desta forma, trazer a relação da polícia e da escola como espaços que representavam a ação do Estado foi inevitável e carecia de uma análise mais aprofundada diante da gravidade dos relatos apresentados. Contudo, diante dos limites apresentados no presente trabalho, delineamos a temática a partir da compreensão dos limites do Estado como provedor das demandas da classe trabalhadora, servindo antes como defensor da lógica do mercado e da propriedade privada mesmo quando ela entra em conflito com a garantia de direitos sociais básicos à população: como moradia, transporte público, saneamento básico, educação e segurança.

A questão habitacional é por nós entendida muito além da necessidade de construir mais moradias, pois diz respeito mais às condições impostas aos trabalhadores e trabalhadoras dentro do sistema capitalista, do que apenas propiciar melhores condições de vida dentro de um contexto exploratório. Assim, ao analisar o conjunto de políticas públicas voltadas à questão habitacional percebemos que pouco foi feito, de fato, com vistas a fornecer melhores condições habitacionais às camadas populares e de baixa renda, mas antes houve um fomento de um mercado imobiliário e da construção civil com o aporte de recursos públicos.

É nesse contexto que se insere a luta por moradia e a infância na Vila Soma. Acreditando que a infância não se trata de uma esfera à parte do contexto em que se insere, pensamos que o desenvolvimento infantil determina e é determinado pelas ações e políticas que abarcam o grupo social do qual fazem parte. Portanto, tendemos a crer que a infância dentro do movimento social determina e é determinada por ele.

Ao trazer à fala dos moradores da Vila Soma temos em mente que a história também deve ser contada por aqueles que a vivem cotidianamente e que essas “vozes” devem ecoar nos espaços acadêmicos e de poder, para não repetirmos incessantemente a mesma forma colonizadora de história.

O que encontramos nessas vozes foi um eco de experiências que também nos pertencem, pois pertencem a uma história que não se encerra na Vila Soma, mas traz à

tona elementos da infância de muitas crianças em muitos territórios de nosso país e da América Latina. Pertencem a uma classe mais do que a um grupo isolado, pertencem assim a todas e todos nós moradores de bairros populares.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, EDSON & SAFATLE, WLADimir (orgs). *“O que resta da ditadura: a exceção brasileira”*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. A anti-reforma urbana brasileira e um novo ciclo de lutas nas cidades. In: SAMPAIO Jr, Plinio de Arruda (org). *Jornadas de junho – a revolta popular em debate*. Rio de Janeiro: Instituto Caio Prado Jr. – ICP, 2014, v.1, p.41-46.

BENJAMIN, Walter. Por uma pedagogia comunista. In: *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2002.

_____. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras escolhidas v.1).

BERCOVICI, Gilberto. O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, EDSON & SAFATLE, WLADimir (orgs). *“O que resta da ditadura: a exceção brasileira”*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*. v. 29,n.3, p.711-732, 1994.

BOTEGA, Leonardo. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. *Espaço Plural*, Paraná, n. 17, p. 66-72, Ano VIII. 2º semestre de 2007.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: o Problema e o Falso Problema. IN: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm.

BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARVALHO, Maria João Leote de. Segregação residencial e discriminação na área metropolitana de Lisboa: o olhar das crianças. In: *Educação e Sociedade: revista de Ciências da Educação*. Campinas: CEDES, v. 35, n. 128, jul-set, 2014.

CATINI, Carolina de Roig. *A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122013-153624/>>. Acesso em: 2016-06-04.

_____. Reflexiones pedagógicas: la formación política y el trabajo de la educación infantil popular. *Infancia latinoamericana* – Revista digital de la asociación de maestros Rosa Sensat, n.15, diciembre 2015.

CRONOLOGIA do Pensamento Urbanístico. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/tabela.php?year=2000>.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Para a Questão da Habitação*. s/l, s/d, s/e. Disponível em http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf

FERRO, Sérgio. A produção da casa no Brasil. In: _____. ARANTES, Pedro Fiori (org.). *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

FLORESTAN, Fernandes. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis. In: *Pro-Posições*. v. 15, n.1 (43) – jan./abr. 2004

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômica-social e capitalista*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. *Déficit habitacional no Brasil 2013-2014*. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>.

GAGNEBIN, Jean Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Sobre a forma do programa minha casa minha vida: o projeto de desenvolvimento contraditório do PT. In: *XVI Enanpur - Espaço, Planejamento e Insurgências*, 2015, Belo Horizonte - MG. Anais do XVI Enanpur, 2015.

HARVEY, David. Do administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Anablume, 2005.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, Emínia [et. Al]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

LANSKY, Samy; GOUVEA, Maria Cristina de; GOMES, Ana Maria Rabelo. In: *Educação e Sociedade: revista de Ciências da Educação*. Campinas: CEDES V. 35, n. 128, jul-set, 2014.

LEFEVBRE, Henri. Industrialização e urbanização – noções preliminares. In: *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’ de um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O manifesto comunista*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

_____. Para a crítica da economia política. In: *Marx*. São Paulo: Nova cultural, 1999. (Coleção os pensadores).

MÜLLER, Fernanda & NUNES, Brasilmar Ferreira. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. In: *Educação e Sociedade: revista de Ciências da Educação*. Campinas: CEDES, v. 35, n. 128, jul-set, 2014.

PACÍFICO, Fernando. Mais populosa que 2 mil cidades, Vila Soma motiva estudos sobre moradia. *GI*. Campinas, 8 out 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/10/mais-populosa-que-2-mil-cidades-vila-soma-motiva-estudo-sobre-moradias.html>.

ROLNIK, Raquel *et al.* O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015 . Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

SOUZA, Márcia Lúcia Anacleto de. “*Ser quilombola*”: identidade, território e educação na cultura infantil. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. *Isto não é uma criança!* Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da sociologia da infância de língua inglesa. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCar, 2013. Disponível em http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2013-06-21T095659Z-5346/Publico/5206.pdf.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

ZARAVUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, EDSON & SAFATLE, WLADEMIR (orgs). *“O que resta da ditadura: a exceção brasileira”*. São Paulo: Boitempo, 2010.